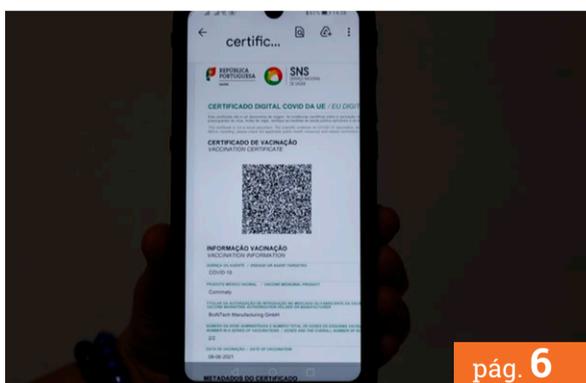


GOVERNO “NADA TEM PARA DIZER” AO PAÍS

Em Elvas, o Presidente do PSD criticou o PS por “não ter ideias” e “não saber o que quer”. “É notório que o Governo está em desgaste e o Partido Socialista está com quezílias internas, divisões internas, que já nada têm a ver com questões pessoais como acontecem muitas vezes, é já o desgaste da governação. (...) Eu penso que nós vamos assistir durante mais tempo, até ao final do ciclo político, a afirmações desse género, de quem não tem assim nada para dizer”, sublinhou



pág. 6

PARLAMENTO

PSD PROPÕE A CRIAÇÃO DE BALCÕES DE APOIO PARA A OBTENÇÃO DO CERTIFICADO VERDE DIGITAL

Num projeto de resolução que deu entrada no Parlamento, PSD defende a instalação de balcões de apoio à obtenção de Certificado Verde Digital nos próprios centros de vacinação



pág. 9

LOCAIS

“PS/ALGARVE DEVERIA COBRIR A CARA DE VERGONHA”

A Distrital do PSD, liderada por David Mascarenhas dos Santos, sublinha que “o PS votou contra a proposta do PSD” de redução do preço das portagens na Via do Infante



pág. 10

REGIONAIS

PSD/AÇORES PROPÕE APOIOS PARA PESCADORES COM QUEBRA DE RENDIMENTOS

A iniciativa foi anunciada, dia 21, no porto da vila de Rabo de Peixe, concelho da Ribeira Grande, pelo deputado social-democrata na Assembleia Regional, Jaime Vieira



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

EMBUSTE

O recrutamento na administração pública está viciado. Um governo após outro, o PS cava cada vez mais fundo a politização do Estado e dos serviços públicos, particularmente nos cargos de direção, cuja independência, isenção e a transparência estão em causa.

O truque explica-se de uma forma simples. O Governo coloca em regime de substituição os dirigentes que quer, *ex post*, nomear em definitivo. Normalmente são quadros sem experiência que, graças ao exercício em regime de substituição, acabam por ganhar uma vantagem, falsa e forjada, sobre os demais candidatos. O recurso às nomeações em regime de substituição é, pois, uma forma distorcida de privilegiar a clientela partidária e o nepotismo.

Ser militante ou dirigente do PS vale mais do que o *curriculum* ou da competência técnica para o cargo e voltou a ser o fator mais decisivo, na hora de fazer escolhas. O PS é o principal promotor desta cultura de compadrio.

Por exemplo, Ana Paula Vitorino, militante e deputada do PS, ex-ministra do Mar e ex-Secretária de Estado de José Sócrates, mulher de Eduardo Cabrita, ministro da Administração Interna, vai ser nomeada, com a bênção da CReSAP, por outro ministro do PS, Pedro Nuno Santos, para presidir à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.

Porquê esta militante do PS em concreto e não um dirigente da administração pública, qualificado para as funções? Tratando-se de uma entidade reguladora, nestas circunstâncias, qual é a garantia imparcialidade e de independência que têm os regulados?

Por exemplo, o caso gravíssimo da nomeação de Vasco Hilário, diretor-geral do Emprego Público, na sequência do qual o Governo até procedeu a uma alteração da lei orgânica, para recusar a proposta da CReSAP, mereceu a censura pública pela reiterada ilegalidade do procedimento. Mais grave ainda é que, passados dois anos, este dirigente voltou a ser nomeado em iguais circunstâncias, ou seja, para diretor-geral de Recursos da Defesa Nacional.

Ou o caso da incompreensível nomeação de Tiago Preguiça, militante do PS, de 33 anos, que depois de assessor político de António Costa, assessor de Vieira da Silva, é agora nomeado para diretor-geral da Segurança Social, em regime de substituição, sem ter sido submetido a concurso, sem formação profissional ou experiência no cargo, ou fora dele.

O que lhe vale é antes ter sido consultor de comunicação. Uma coisa não tem a ver com outra. Mas ficamos a saber da polivalência dos portadores de cartão de militante do PS, quando nomeados em regime de substituição.

Se a Câmara Municipal de Lisboa expressamente confessou que violou por 52 vezes, na cedência de dados pessoais de manifestantes, quantas vezes terá o Governo PS fintado os regulamentos e normas concursais para colocar os "seus" nos lugares-chave? Para o PS, os melhores são sempre os "camaradas", mesmos que não sejam os mais habilitados.

Criada para garantir a legalidade e meritocracia nos cargos de direção superior do Estado, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) transformou-se numa qualquer junta, sem escrutínio, que atesta concursos enviesados. A criação de vantagens artificiais, premeditadas e manipuladas pelo poder político, violam claramente a independência, a transparência e a credibilidade da CReSAP e, conseqüentemente, as próprias decisões de recrutamento.

Só este ano, em 165 concursos públicos para cargos de direção superior, 129, ou seja, 80%, foram ocupados por dirigentes que antes tinham sido nomeados em regime de substituição.

A presidente da Comissão Técnica Permanente da CReSAP confirmou que "99% dos concursos concluídos até ao final de 2020, foram em regime de substituição", lamentando a falta de meios e recursos, reduzidos a dois administrativos, um técnico superior e, imagine-se, um motorista.

Parece, pois, um imperativo de consciência ou acabar com este perverso sentimento de que as instituições públicas são "propriedade" de quem exerce o poder em determinado momento ou o Governo, de uma vez por todas, ter a coragem de, por despacho, acabar com a CReSAP.

O PS é a abelha predadora da administração pública, polonizando o Estado a torto e a direito. Definitivamente, o PS de António Costa, não se liberta das amarras do tique socrático de controlar e capturar a administração pública e as instituições. Afinal, o Primeiro-Ministro foi o número dois e é o alter ego de José Sócrates.

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS TAMBÉM "O J"

Rui Rio acredita que as eleições autárquicas vão mostrar o descontentamento dos portugueses, porque o Executivo "tem estado muito mal" na "governança" do país. "Este Governo, com o desempenho que tem tido, com os últimos casos, tem estado perfeito em termos de sondagens, mas tem estado muito mal em termos de eleições, em termos de popularidade e em termos de governação de Portugal", afirmou em Évora, dia 15.

Na apresentação dos cabeças-de-lista do partido às autárquicas por Évora, o Presidente do PSD reconheceu que, neste tipo de eleições, "a primeira razão do voto é desde logo as pessoas", enquanto "as ideias" serão "a segunda". Mas "em todas" as eleições autárquicas "há sempre algum toque nacional", argumentou Rui Rio, frisando que "normalmente, no dia seguinte às eleições autárquicas, o Governo em funções está um pouco mais forte ou está um pouco mais fraco", dependendo do resultado.

E mesmo que o desempenho do Governo não seja das primeiras razões a determinar o voto, segundo Rui Rio, é uma questão que está presente. "Não sei se a questão do Governo é a terceira ou a quarta razão, mas não deixa de ser alguma razão, quando o Governo está mais desgastado", afirmou.

O líder do PSD sublinha que "as eleições não são decididas por sondagens, são decididas por eleições", e "a direção nacional do PSD sabe que, efetivamente, há ali uma pequena parte também do julgamento do Governo do país".

"Por isso, eu não me admiro se, daqui por três ou quatro meses, no resultado autárquico, houvesse também ali uma pequena parte que significa que os portugueses estão descontentes com este Governo por aquilo que ele tem vindo a fazer", pois, "a única coisa de relevo que tem é realmente ser o campeão das sondagens", venceu Rui Rio.

Numa intervenção de vinte minutos, Rui Rio lembrou que, após ter sido autarca durante 12 anos, o poder local democrático é "uma das principais conquistas do 25 de Abril" e defendeu que "as eleições autárquicas são muito importantes". "É justo que os portugueses valorizem no mínimo tanto as eleições autárquicas quanto as eleições legislativas", porque "os benefícios que os portugueses colhem com o poder local" são "muito superiores" aos do poder central, destacou.



"AUTÁRQUICAS VÃO FAZER "SOLGAMENTO DO GOVERNO"



GOVERNO “NADA TEM PARA DIZER” AO PAÍS



Rui Rio acusa o Governo e o PS de “desgaste”, estando meramente preocupados com “quezílias internas”. “Numas jornadas parlamentares em Portalegre, onde aquilo que foi mais notório foi a enorme, a quantidade de ideias que lá foram deixadas em torno da reforma da Justiça, veja bem o ridículo do Partido Socialista que nesse enquadramento não consegue outra coisa e diz outra vez a mesma coisa que de quem não tem nada para dizer”, afirmou Rui Rio.

Em Elvas, na quarta-feira, 16 de junho, o Presidente do PSD criticou o PS por “não ter ideias” e “não saber o que quer”. “É notório que o Governo está em desgaste e o Partido Socialista está com quezílias internas, divisões internas, que já nada têm a ver com questões pessoais como acontecem muitas vezes, é já o desgaste da governação. (...) Eu penso que nós vamos assistir durante mais tempo, até ao final do ciclo político, a afirmações desse género, de quem não tem assim nada para dizer”, acrescentou.

Acompanhado pela candidata apoiada pelo PSD à Câmara de Elvas, Paula Calado, Rui Rio visitou o centro histórico da cidade, onde aproveitou para defender que é preciso “desconcentrar e descentralizar”. “Nós temos de seguramente de fazer duas coisas: temos de desconcentrar e descentralizar. Desconcentrar quer dizer que não podemos ter tudo no mesmo sítio do país e quase tudo em Lisboa. Descentralizar é transferir alguma capacidade de decisão”, explicou.

Rui Rio destaca a necessidade de “equilibrar Portugal como um todo”, para permitir o desenvolvimento mais equitativo entre as regiões.

Sobre a pandemia, Rui Rio concorda com a recomendação da Direção-Geral da Saúde que recomenda testes em festas familiares e outros eventos com mais de 10 pessoas. “Temos de estar unidos no combate à pandemia. Tive a oportunidade de criticar um partido político com representação parlamentar [Iniciativa Liberal] que, de uma forma anárquica, deu o pior exemplo aos portugueses”, assinalou.



ENRIQUECIMENTO ILÍCITO:

**TEMOS DE TER A
SERIEDADE E
CONSCIÊNCIA QUE
QUALQUER SOLUÇÃO
CONSTITUCIONAL,
POR MAIS QUE AJUDE,
NÃO ACABARÁ COM A
CORRUPÇÃO EM
PORTUGAL**

RUI RIO NA APRESENTAÇÃO DO CANDIDATO POR LOURES

“O PODER LOCAL FEZ MUITA OBRA COM POUCO” EM PORTUGAL



Na apresentação do candidato do PSD à Câmara Municipal de Loures, dia 16, Rui Rio enalteceu o sentido de missão dos autarcas e a importância que as eleições autárquicas terão para o futuro do PSD. “Estas eleições de 2021 para o partido são muito importantes, porque elas têm de significar uma forte regressão daquilo que tem vindo a acontecer nos últimos tempos em termos de poder local”, salientou.

Além disso, Rui Rio considera que “o resultado das autárquicas acaba sempre ou por fortalecer ou fragilizar um pouco o governo” em funções.

O líder do PSD manifestou otimismo quanto às eleições autárquicas, destacando o facto de existir “uma unidade muito grande” em torno dos candidatos escolhidos pelas bases e sufragados pela direção nacional. “Nós sabemos que isto não é fácil de acontecer em todos os distritos do país, particularmente em Lisboa, onde por tradição historicamente neste partido e nos outros as divisões aparecem mais”, apontou.

Rui Rio elogiou o trabalho dos municípios e desmitificou a ideia de que o poder local faz obra “à custa de muito endividamento”, recorrendo ao número total da dívida pública nacional.

“Quem endividou este país foi o poder central. O poder local fez muita obra com muito pouco endividamento. É evidente que há câmaras muito mal geridas, muito bem geridas. Para nós, olhando para o poder local como um todo é verdadeiramente notável”, referiu.

Sobre o candidato do PSD à Câmara Municipal de Loures, Néilson Batista, o Presidente do PSD afirmou ser um homem “honesto, bom e com nível de independência”.

Néilson Batista, de 51 anos, é licenciado em Gestão e é atualmente o presidente da Junta de Freguesia de Lousa, na zona norte do concelho de Loures.



PSD PROPÕE A CRIAÇÃO DE BALCÕES DE APOIO NOS CENTROS DE VACINAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO CERTIFICADO VERDE DIGITAL

O grupo parlamentar do PSD defende a instalação de balcões de apoio à obtenção de Certificado Verde Digital nos próprios centros de vacinação.

Num projeto de resolução que deu entrada no Parlamento, o PSD congratula-se com a “possibilidade de substituir o Certificado Verde Digital, como forma de acesso aos eventos de natureza familiar, cultural ou desportiva, em substituição dos testes exigidos” pela Direção-Geral da Saúde.

“Uma vez que o pedido de Certificado Verde Digital é exclusivamente feito por meios eletrónicos e estando muitos portugueses ainda limitados no acesso aos mesmos, à internet, ou inaptos para realizar os passos que são necessários para tal obtenção, o Grupo Parlamentar do PSD considera que seria de grande utilidade poder ter balcões de apoio, com pessoas qualificadas que possam dar a devida assistência à obtenção destes certificados. E, estando ainda a decorrer a vacinação, organizada em centros que reúnem milhares de pessoas, sugerimos que cada centro de vacinação possa ter um balcão onde os cidadãos vacinados possam adquirir o seu certificado”, assinalam os deputados.

No entanto, os deputados do PSD consideram que esta medida terá dificuldade de ser implementada ao nível do poder local por duas razões: porque nem todas as

autarquias têm a mesma capacidade financeira, o que fará com que algumas não possam disponibilizar este serviço; e, sobretudo, não deve ser aproveitada em contexto eleitoral.

Assim, considera o grupo parlamentar que é “função do poder central garantir este serviço e que a sua operacionalização estará facilitada associada ao decorrente processo de vacinação”.

Para o PSD, o Governo deve “envidar todos os esforços para que o maior número de pessoas possível obtenha este certificado, de forma que se possa ter um retrato mais próximo da realidade do país em relação à pandemia”.

O PSD RECOMENDA AO GOVERNO QUE:

- Coloque um Balcão de apoio à Obtenção de Certificado Verde Digital nos Centros de Vacinação, permitindo aos cidadãos vacinados obter, desde logo, o seu certificado após o término do seu esquema vacinal.

PSD QUER CONHECER “RELATÓRIO” DOS PREJUÍZOS CAUSADOS PELOS TEMPORAIS ENTRE 31 DE MAIO E 15 DE JUNHO

O grupo parlamentar recomenda ao Governo a adoção de medidas de apoio extraordinário na sequência dos fenómenos climáticos adversos ocorridos em vários distritos do Norte e Centro do país, nomeadamente nas culturas agrícolas (vinha e árvores de fruto) de Vila Real, Viseu, Bragança e da Guarda.

Para mitigar o impacto destes fenómenos, os deputados social-democratas, defendem “a criação de um sistema de apoio público vocacionado especialmente para a agricultura familiar, pequena agricultura e agricultura de subsistência que, pela sua natureza intrínseca, se encontra particularmente [exposta] perante este tipo de fenómenos”.

Num projeto de resolução, os deputados do PSD recordam a queda de chuva forte, acompanhada de granizo e trovoada, registada entre o final de maio de 2021 e meados de junho de 2021, e que atingiu fortemente “culturas perenes na região de Vila Real, de Viseu, de Bragança e Guarda e um pouco por todo o território no Norte e Centro”. Essas intempéries provocaram uma “devastação profunda em vinhas e árvores de fruto, comprometendo as produções agrícolas do presente ano e dos anos seguintes, bem como danos materiais em infraestruturas e vias de comunicação”.

“A intensidade do granizo registada a 31 de maio afetou uma vasta área de vinha na região de Vila Real e Viseu, atingindo várias parcelas localizadas na Região Demarcada do Douro, motivando por parte do Ministério da Agricultura uma avaliação dos prejuízos. Contudo, passados cerca de 15 dias, mais concretamente nos dias 13, 14 e 15 de junho, ainda antes de serem conhecidas as eventuais diligências do Governo, não só a mesma região do Douro foi atingida, como também a região do sul do distrito de Viseu, Região Demarcada do Dão, foi de novo fustigada com uma tempestade de chuva e granizo aumentando ainda mais os prejuízos em valor e área atingida. Estima-se que mais de 2 mil hectares de vinha e mil hectares de pomares de maçã e pequenos frutos estejam em risco de perda total”, referem no projeto de resolução.

Face à destruição, o PSD entende que a “desejável recuperação abranja não só a valorização económica, como também a valorização ambiental e territorial, especialmente nas zonas mais expostas ao risco de abandono agrícola e à perda de biodiversidade”.

O grupo parlamentar do PSD “defende um sistema de seguros agrícolas adequados às inúmeras produções e tipo de explorações, considerando que a crescente frequência de fenómenos climáticos desta gravidade, exigem do Governo um maior esforço no reforço dos instrumentos nacionais e comunitários no sentido de promover a adesão maciça ao sistema de seguros agrícolas e fundos mutualistas e consequentemente mais atrativos para os agentes económicos”.

“Perante a dimensão e gravidade das situações causadas por estes acidentes climáticos adversos, o grupo parlamentar do PSD considera que o Governo deve adotar, urgentemente, as medidas de carácter financeiro e administrativo que se impõem, no sentido de minorar os impactos sociais e económicos nestes territórios. Relativamente às infraestruturas e equipamentos municipais afetados, impõe-se também que o Governo proceda ao levantamento dos danos causados de molde a averiguar da necessidade de implementação de medidas específicas de apoio à sua recuperação”, concluem.

O PSD RECOMENDA AO GOVERNO QUE:

1. Divulgue o resultado do levantamento dos prejuízos causados pelos temporais ocorridos entre 31 de maio e 15 de junho nas regiões do Norte e Centro, nas diversas produções agrícolas;
2. Avalie a possibilidade de declaração de estado de calamidade pública para os concelhos mais atingidos e consequentemente mobilize os instrumentos necessários;
3. Disponibilize e mobilize instrumentos financeiros a fundo perdido para situações onde os prejuízos pelas tempestades de maio e junho foram mais elevados;
4. Pondere a criação de um sistema de apoio público vocacionado especialmente para a agricultura familiar, pequena agricultura e agricultura de subsistência, que pela sua natureza intrínseca se encontra particularmente exposta e desprotegida perante este tipo de fenómenos.
5. Mobilize apoio através dos atuais programas comunitários em vigor (PDR 2020), nomeadamente nas medidas 6.2.1. e 6.2.2. (prevenção de calamidade e catástrofes naturais e reposição do potencial produtivo) e fortaleça e alargue as operações de investimento para a Instalação de Redes Anti-Granizo;
6. Pondere a possibilidade de criar uma linha de crédito bonificada direcionada aos produtores afetadas pelas intempéries que obriguem à reposição do potencial produtivo;
7. Preveja na elaboração do PEPAC instrumentos de gestão de crise e de risco robustos financeiramente e adequados à realidade agrícola nacional.



COMPETITIVIDADE

PSD DESTACA VINTE ANOS PERDIDOS



O PSD acusou, dia 17, o Governo de não ter a competitividade no centro das suas prioridades, alertando que “não é possível ganharmos a luta do crescimento, quando a nossa economia perde gradualmente capacidade competitiva no quadro internacional e em particular com os países com que mais comparamos”.

Num debate marcado pelos social-democratas sobre “Competitividade: um desafio urgente para Portugal”, o vice-Presidente da bancada Afonso Oliveira fez o diagnóstico de um país cuja economia está estagnada há duas décadas – “20 anos perdidos” que correspondem maioritariamente a governos do PS – e elencou os principais estrangulamentos da competitividade da economia portuguesa, realçando um sistema de “justiça muito ineficaz”, um “sistema fiscal punitivo” para o emprego e o trabalho e um “dramaticamente” baixo nível de investimento público.

De acordo com o deputado social-democrata, “esta crise veio mostrar as debilidades estruturais da economia portuguesa, que nos têm empurrado sistematicamente para o lugar dos países mais pobres da Europa”.

Já relativamente ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o PSD deixa um alerta sobre “a capacidade do governo de absorver com eficácia e qualidade os fundos” europeus, plano esse “que peca também pelas opções erradas que faz quando opta por apoiar insuficientemente a economia e as empresas”.

Sublinhando que o PSD está do lado das soluções, Afonso Oliveira recordou as propostas que os social-democratas apresentaram em outubro de 2020, para resposta à pandemia. Entre outras, medidas para um sistema fiscal mais competitivo e menos pesado para empresas e famílias, para a capitalização das empresas, para um funcionamento da justiça mais eficiente e eficaz, ou para a melhoria das qualificações e formação do capital humano.

Acusando o Governo e o PS de preferirem “a sua própria narrativa” à realidade, o deputado do PSD defende que “é fundamental termos uma visão e objetivos estratégicos de médio e longo prazo que projetem Portugal para um outro patamar no quadro europeu”. “Não chega propaganda”, acrescentou.

HÁ 33 CONCELHOS SEM ENSINO SECUNDÁRIO

O PSD defende a avaliação do impacto da ausência da oferta de ensino secundário em vários concelhos de baixa densidade, de forma a assegurar a igualdade de acesso no ensino secundário a todos os jovens. Os deputados do PSD alertam que a ausência de ofertas educativas de ensino secundário em vários concelhos acentua as disparidades territoriais e pode condicionar a frequência escolar destes alunos. Atualmente, 33 concelhos não garantem uma oferta de ensino secundário, “obrigando os jovens aí residentes e dentro da idade da escolaridade obrigatória a deslocarem-se para fora do seu concelho para cumprir a escolaridade”.

Através de um projeto de resolução, que tem como primeiro subscritor o líder parlamentar Adão Silva, o PSD apela ao Governo para que “encontre modelos alternativos que garanta uma cobertura de rede adequada do ensino secundário com o fim de assegurar equidade territorial e social no acesso a estes níveis de escolaridade”.

O grupo parlamentar do PSD recorda que “cerca de doze anos após a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo sobre o alargamento da escolaridade obrigatória, a desigualdade de oportunidades de acesso ao nível ensino secundário continua a ser uma realidade, nomeadamente quanto à oferta de transporte, entre o local da residência e o estabelecimento de ensino frequentado a todos os alunos do ensino secundário”.

Para o PSD, os alunos menores que frequentem o ensino básico regular (até o 9.º ano) têm direito a transporte gratuito, mas os alunos que frequentam o ensino secundário “comparticipam o custo do transporte escolar”. O PSD não entende “porque subsiste esta desigualdade no tratamento dos alunos dentro da escolaridade obrigatória. Isto significa que os alunos destes concelhos são obrigados a sair das suas localidades de residência, com aproximadamente 15 anos, porque o Governo não lhes oferece aquilo que lhes exige”.

Para o PSD, “se é muito grave não poderem concluir a escolaridade obrigatória no seu concelho, mais grave ainda é terem de pagar elevadas quantias para irem completar o ensino secundário noutros concelhos”.

O PSD RECOMENDA AO GOVERNO QUE:

1. *Avalie os impactos da ausência da oferta do ensino secundário nos concelhos que não têm esta oferta, através da análise das trajetórias dos jovens que concluíram o ensino básico nos últimos 10 anos oriundos de concelhos onde não exista oferta de ensino secundário;*
2. *Encontre modelos alternativos que garanta uma cobertura de rede adequada do ensino secundário com o fim de assegurar equidade territorial e social no acesso a estes níveis de escolaridade, nomeadamente, introdução de um critério diferenciado do número de alunos mínimo exigido para constituição de turma nos territórios de baixa densidade e avaliação do custo distância/tempo para os alunos;*
3. *Concerte esforços, em articulação com administração local, para promover em cada região a adequação da rede escolar de ensino secundário às exigências da complementaridade e da diversidade das ofertas educativas, salvaguardando o princípio da qualidade do ensino que todos os jovens têm direito;*
4. *Que garanta o financiamento, a partir do próximo ano, das despesas de alojamento, e transporte, aos alunos deslocados, dos territórios onde a oferta deste nível de ensino seja inviável.*

GOVERNO AUTORIZA ACOLHER IMIGRANTES NA PRISÃO DE CAXIAS, PSD QUER OUVIR O MAI



O PSD quer ouvir o ministro da Administração Interna no Parlamento, por causa da decisão do Governo de utilizar o Estabelecimento Prisional de Caxias para acolher os imigrantes em situação irregular no território nacional.

Os deputados do PSD recordam que, em 2 de junho, dia da audição regimental na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Eduardo Cabrita “declarou que estava em estudo a possibilidade de colocação dos estrangeiros que chegam ao território nacional, em situação de urgência, na ala sul do Estabelecimento Prisional de Caxias”. No entanto, esta semana foi tornado público, através dos meios de comunicação social, que a decisão de adaptar o Estabelecimento Prisional de Caxias para acolher os imigrantes em situação irregular já foi tomada, tendo até sido “assinado um protocolo no início de fevereiro, entre a Direção-Geral dos Serviços Prisionais e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras”.

Além disso, “no passado dia 1 de junho foi assinado um despacho do SEF para a aquisição de materiais ‘para reparações diversas’, com valores a rondarem os 16 mil euros e no referido protocolo está prevista ‘a cedência precária de utilização do reduto sul do Estabelecimento Prisional de Caxias (...) de um ano a contar da assinatura do protocolo, podendo ser prorrogada por dois períodos de seis meses cada”.

O PSD considera que “toda esta situação deve ser devidamente esclarecida”, reafirmando, como princípio, que é “urgente encontrar uma solução alternativa, ou temporária, para o funcionamento das instalações do novo Centro, enquanto não estiver definitivamente concluído o processo de construção do Centro de Acolhimento Temporário de Almoçame”.



PORTAGENS NA VIA DO INFANTE

“PS/ALGARVE DEVERIA COBRIR A CARA DE VERGONHA”

Foi com “incredulidade” que o PSD Algarve tomou nota do comunicado do PS/Algarve a regozijar-se com a redução das portagens em 50% a partir de 1 de julho, assinalando que é um caminho para uma Via do Infante tendencialmente gratuita.

Em comunicado, a Distrital do PSD liderada por David Mascarenhas dos Santos sublinha que “o PS votou contra a proposta do PSD aprovada, tal como todos os deputados do PS eleitos pelo Algarve, que o Governo tentou impedir a entrada em vigor, ameaçando recorrer para o Tribunal Constitucional; que apelidou a decisão de coligação negativa; que, no fim de contas, o PS foram os únicos e ferozes opositores desta medida que é um passo importante para o Algarve”.

Para a Comissão Política Distrital do PSD/Faro, “a política faz-se com decência, com verticalidade”. Como tal, o “PS Algarve deveria cobrir a cara de vergonha por se prestar a tão sinistro papel, por ter falhado todas as suas promessas a respeito das portagens que conduziram a que muitos algarvios lhe oferecessem incautos a sua confiança, mas por, com esta manobra, tentar ludibriar uma vez mais os cidadãos, o que consideramos ofensivo e desrespeitador da seriedade que tem que marcar a ação de cada um”.

PSD DE MIRANDA DO CORVO ACUSA GOVERNO DE “IGNORAR UTENTES” DA A13



O PSD de Miranda do Corvo acusou o Governo de ignorar os utentes da Autoestrada 13, que liga Tomar a Coimbra, após a aprovação de um novo pacote de descontos para várias autoestradas do país.

Os sociais-democratas salientam que a última “resolução do Conselho de Ministros esquece a A13, que serve muitos concelhos cujas economias são condicionadas pela interioridade, onde se inclui Miranda do Corvo”, no distrito de Coimbra.

O Governo aprovou, dia 17, a redução de 50% nas portagens das antigas Scut (vias sem custos para o utilizador) a partir de 1 de julho. A medida institui a redução de 50% do valor das taxas de portagens em cada passagem nos lanços e sublanços das antigas Scut, nomeadamente as A22-Algarve (Via do Infante), A23 - IP, A23 - Beira Interior, A24 - Interior Norte, A25 - Beiras Litoral e Alta, A28 - Norte Litoral, Concessões do Grande Porto (A41, A42) e da Costa da Prata.

“Estranhámos o silêncio do executivo presidido por Miguel Baptista perante esta desconsideração pela região e pelo concelho. Subsiste a dúvida sobre se estes novos descontos substituem os anteriores”, refere o comunicado enviado pelo PSD local.

A acontecer, ressalva o PSD liderado por Horácio Lopes dos Santos, “receia-se que os descontos agora aplicados sejam eliminados, ficando os utilizadores desta importante via sem qualquer benefício e em clara desvantagem perante outras regiões do país”.

“Sendo esta uma questão de primordial importância, é necessário que a autarquia local intervenha junto do Governo para que a mesma seja corrigida”, apelam os sociais-democratas.

A Secção do PSD de Miranda do Corvo sublinha que “sempre esteve atento à questão das portagens da A13” e que vai manter o foco neste assunto, “esperando que outros com maiores responsabilidades também o façam, nomeadamente o executivo de Miguel Baptista”.

PSD/AÇORES PROPÕE APOIOS PARA PESCADORES COM QUEBRA DE RENDIMENTOS

O PSD/Açores vai apresentar uma proposta para a atribuição de um apoio que tenha como base o valor do salário mínimo aos pescadores que registaram quebras de rendimento nos últimos três meses devido à pandemia da covid-19.

A iniciativa foi anunciada, dia 21, no porto da vila de Rabo de Peixe, concelho da Ribeira Grande, pelo deputado social-democrata na Assembleia Regional, Jaime Vieira, que destacou que a “vida dos pescadores não tem sido fácil” devido à crise provocada pela covid-19.

“Nesta iniciativa que vamos apresentar na Assembleia Legislativa queremos, acima de tudo, trazer justiça a este setor que muitas vezes não é entendido. É através de um projeto de resolução que o iremos fazer, que é um apoio extraordinário à redução dos rendimentos da pesca profissional”, anunciou Jaime Vieira, em declarações à imprensa.

Questionado pelos valores do auxílio, Jaime Vieira referiu que a intenção é que o apoio tenha como base o valor do salário mínimo regional (698,25 euros).

“O projeto de resolução pretende, essencialmente, que seja possível atingir, no mínimo, o ordenado mínimo. É isso que nós pretendemos, por isso é que é um projeto de resolução. O Governo [Regional], depois, há de encontrar a melhor maneira de compensar estes mesmos pescadores”, assinalou.

O apoio extraordinário visa abranger os pescadores que tenham uma “acentuada quebra de rendimentos” há mais de três meses, segundo o deputado, que não especificou o valor da quebra.

Jaime Vieira referiu o exemplo dos pescadores da lula e dos pescadores de chicharro (carapau), que estão a passar por “grandes dificuldades” devido “dificuldade” em escoar o pescado e porque as quantidades são “cada vez mais reduzidas”.

“Compete a um governo de direito, compete a um governo preocupado auxiliar os que mais precisam nesta altura. Hoje foram os pescadores, amanhã poderão ser os agricultores e depois de amanhã pode ser outra atividade económica. Foi para isso que fomos eleitos”, concluiu.

QUALIFICAÇÃO DOS JOVENS AÇORIANOS É SOLUÇÃO PARA MINIMIZAR PROBLEMAS SOCIAIS RECORRENTES

O deputado do PSD/Açores Rui Espínola defende “uma maior aposta na qualificação dos jovens açorianos que não estudam, não trabalham, nem frequentam formação (NEET)”, assim como “o reforço de políticas públicas que invertam ciclos de pobreza e exclusão social”.

Falando durante a discussão de uma iniciativa para a criação de apoio à qualificação dos jovens NEET no ar-

quipélago, o social-democrata lembrou “uma realidade preocupante, que representa pobreza, exclusão social e que é representada por jovens, maioritariamente do sexo feminino, cujo percurso escolar culminou no abandono escolar precoce”.

“Esta situação que não pode ser dissociada do desinvestimento dos governos socialistas no ensino profes-

sional, alocando as verbas do Fundo Social Europeu aos programas ocupacionais, e não permitindo às escolas profissionais financiamento para novos cursos e para uma resposta efetiva a estes casos”, avançou Rui Espínola.

“Quando a taxa de abandono escolar precoce nos Açores é mais do dobro da média nacional (Açores 27% - Portugal 11%), o resultado só poderia ser este”, afirmou o vice-Presidente da bancada do PSD, sublinhando que os jovens NEET na Região, entre os 15 e os 24 anos, “eram 17,2% em 2020”, segundo dados do Eurostat, “sendo quase o dobro da média nacional (9,1%). Em 2021, significam 25,4% da população jovem, embora até aos 29 anos, só na ilha de São Miguel”, afirma.

“Este é o resultado do falhanço das políticas educativas, formativas e sociais dos governos do PS. E junte-se a isso que 65% dos nossos alunos beneficiam de apoio social escolar”, alertou Rui Espínola, para quem “é urgente fornecer percursos formativos diversificados no ensino regular e no profissional. Uma oferta que forneça aos nossos jovens os mecanismos necessários para a sua integração no mercado de trabalho”, defendeu.

Concordando com as medidas de apoio à qualificação dos NEET, o deputado do PSD/Açores reiterou que “só a aposta na educação, na oferta formativa e na qualificação profissional, poderá fazer com que haja menos jovens que não estudam, não trabalham ou não frequentam qualquer formação”.

“E esta é uma tarefa transversal a várias entidades com responsabilidades no setor, do Governo às autarquias e instituições sociais, que complementarmente devem melhorar a qualidade de vida e bem-estar sócio emocional dos jovens açorianos, independentemente da sua condição social ou características idiossincráticas”, concluiu Rui Espínola.



